

A construção do projeto bilíngue para surdos no Colégio de Aplicação do Instituto Nacional de Educação de Surdos, na década de 1990

Geise de Moura Freitas - UFRJ

Sonia de Castro Lopes - UFRJ

Considerações iniciais

A presente investigação de mestrado teve como campo empírico uma instituição escolar, o Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES)¹, elegendo como objeto de pesquisa o desvelamento das redes de poder que estiveram em jogo na construção do projeto bilíngue, no INES, na década de 1990.

A pesquisa debruçou-se sobre a investigação das ações protagonizadas por agentes escolares que visaram reconceitualizar as visões sobre a surdez e os surdos, retirando-os da esfera da deficiência e apostando-se em um modelo sócio-antropológico de educação de surdos.

Desta forma, as pesquisadoras se debruçaram sobre estudos que visaram compreender de que maneira o contexto sócio-histórico e as condições institucionais favoreceram no INES, na década de 1990, a formação de um movimento composto por agentes escolares - alunos, professores e gestores - que reivindicaram mudanças nas concepções a respeito dos sujeitos surdos e da surdez, postulando a construção de um projeto bilíngue de educação que colocava em xeque o modelo oralista².

Deste modo, duas questões serão tratadas nos limites desse artigo: Como se deu a relação de forças no interior do CAP/INES, na década de 1990, que acabou por favorecer a construção de uma proposta bilíngue de ensino quando ainda era predominante o modelo oralista? Que agentes escolares foram decisivos para a construção dessas propostas e quais foram os marcos de suas ações?

¹ O Instituto Nacional de Educação de Surdos- INES, localizado na cidade do Rio de Janeiro, órgão do Ministério da Educação-, é um centro nacional de referência na área da surdez que tem como missão institucional a produção, o desenvolvimento e a divulgação de conhecimentos científicos e tecnológicos na área da surdez em todo o território nacional, bem como subsidiar a Política Nacional de Educação, na perspectiva de promover e assegurar o desenvolvimento global da pessoa surda, sua plena socialização e o respeito às suas diferenças. Em seu Colégio de Aplicação, os alunos são atendidos desde a estimulação precoce até o ensino médio. Também oferece o curso bilíngue de pedagogia (português/língua de sinais) e de pós-graduação para alunos surdos e ouvintes em uma perspectiva de educação inclusiva (ver mais a respeito em www.ines.gov.br).

² Para Perelló e Tortosa (1972 apud SOUZA, 1998, p.4), a ideia central do oralismo é que o "(...) 'deficiente auditivo' sofre de uma patologia crônica, traduzida por lesão no canal auditivo e/ou em área cortical que, obstaculizando a 'aquisição normal' da linguagem, demanda intervenções clínicas de especialistas, tidos como responsáveis quase únicos por 'restituir a fala' a esse tipo de enfermo".

Nestes termos, o desafio da pesquisa foi dar visibilidade à dinâmica que engendra e aproxima pesquisador, sujeito e objeto de pesquisa gerando uma relação estreita entre eles, assumindo, portanto, que a historiografia não ficará completamente imune às marcas dos interesses da própria instituição ou dos pesquisadores de sua história.

A pesquisa, desta forma, se dedicou a se aproximar de uma história a partir da ótica de seus agentes, não atribuindo às suas narrativas historiográficas, contudo, o estatuto de verdade absoluta. Interessa à pesquisa, predominantemente, as múltiplas versões dos fenômenos educacionais vivenciados pelos seus sujeitos.

Para isso, utilizamos a metodologia da história oral para analisar, interpretar e situar historicamente os depoimentos. As entrevistas foram analisadas em triangulação com os dados construídos a partir dos documentos encontrados no Arquivo Permanente do INES, como manuais, atas de reuniões, anais de seminários e congressos, transcrições de consultorias, relatórios de projetos e o Plano Político Pedagógico da instituição.

Bilinguismo para surdos no cenário escolar

Para Skliar (2005), a educação bilíngue para surdos requer muito mais do que a entrada da língua de sinais como língua de instrução do ensino, mas a construção de uma nova arquitetura educativa. Assim, defende que esta educação seja norteadada por concepções sócio-antropológicas da surdez, reconhecendo a língua de sinais como essencial para a constituição dos processos identitários desses sujeitos.

Nesse sentido, o autor aponta as condições que podem facilitar a implantação de um projeto bilíngue de educação para surdos: exposição precoce dos alunos à língua de sinais, a presença de professores surdos trabalhando nas escolas (sendo modelos de proficiência linguística) e um investimento na formação do professor a fim de que, respaldados pela instituição, promovam o ensino da língua majoritária na perspectiva de aprendizagem de uma segunda língua. Além disso, esse projeto educativo deverá incorporar os próprios surdos na arquitetura curricular e nas decisões pedagógicas.

Porém, são raras as experiências escolares que viabilizam concretamente essas propostas. Ainda que a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) tenha sido oficializada pelo decreto-lei nº 10.436 de 24/04/2002 e seja reconhecida enquanto direito social e educacional dos sujeitos surdos, o discurso historicamente estabelecido entre os surdos e a surdez, calcado na matriz da deficiência, ainda prevalece

demonstrando que a história da educação de surdos não escapa aos conflitos tecidos por relações desiguais de poder.

Para Favorito (2006), o movimento que os professores e alunos do INES construíram, na década de 1990, postulava se inscrever nesse debate maior ao qual Skliar se refere:

(...) esse movimento minoritário se pautava principalmente por uma ruptura com o paradigma oralista que desde a fundação da instituição (1857) orientou as práticas pedagógicas confinando os surdos ao “esquecimento” de que se tratavam de alunos e de que aquele espaço deveria ser uma escola (FAVORITO, 2006, p.33).

A autora ainda assevera que esse processo reivindicatório por uma nova concepção de ensino “não foi vivido sem conflito”, já que em uma instituição centenária como o INES, coabitam diversos profissionais que defendem diferentes pontos de vista.

INES: um campo marcado por lutas concorrenciais na década de 1990

Apesar das mudanças políticas e sociais que marcaram a sociedade brasileira na década de 1980, em razão da democratização por que passava o Brasil, o INES continuava a ancorar suas práticas pedagógicas na concepção oralista, institucionalizada a partir de 1951 pela gestão de Ana Rímoli de Faria Dória (1951-1961).

As orientações pedagógicas faziam parte do escopo do livro de autoria da própria diretora (e professora do Curso Normal do INES, 1951-1957), *Compêndios de Educação da Criança Surda- Muda*, que, em seu prefácio, explicitava a sua visão de educação, como sacerdócio, alicerçada em bases bio-psico-sociais, científicas e assistencialistas:

A criança surda necessita de ser compreendida, querida, amada. Não é mais um pária que, pela ignorância dos que não são surdos, ficou atirada à margem, sem direito de ser criança, como as demais. Se chegarem até elas os recursos da técnica, da “arte” de ensinar-lhe a falar e compreender o que os outros falam, por certo a inteligência se desenvolverá e o progresso que fizer estará na razão direta do esforço de seu professor (...). Nada é impossível, há caminhos que conduzem a todas as coisas. Que Deus inspire e abençoe todos aqueles que se dispuserem a essa árdua, mas compensadora tarefa! (DÓRIA, 1954)

Essas concepções serviram de guia norteador do ensino do INES por mais de três décadas. E como a aplicação e sistematização do método oral demandam anos, sendo a fala adquirida “por meio de um longo e especializado curso de treinamento”

(DÓRIA, 1954, p.165), a escolarização propriamente dita dos alunos ficava secundarizada.

Essas recomendações foram acatadas sem grandes questionamentos até o início dos anos 1980, sendo a língua de sinais “tolerada” somente quando os alunos não conseguiam aprender a falar, sendo seu uso atrelado a um sentimento de fracasso escolar tanto por parte dos discentes como de seus professores. O relato da professora A³, que ingressou na instituição no início dos anos 1980, nos aponta essa questão:

A criança deficiente auditiva era uma pessoa que tinha uma falta. E o INES tinha que oralizar, tinha que fazer essa criança falar e prepará-la também para ingressar no mercado de trabalho. E quando os alunos não conseguiam uma oralização boa, ou que fosse minimamente compreendida pelas pessoas em geral, elas [as professoras] eram *tentadas* a aprender língua de sinais.

Esta professora também nos relata o primeiro embate que ocorreu na instituição entre os professores que se encontravam no INES, desde a época em que concluíram o curso normal oferecido pela instituição (1951-1957), e os que ingressaram, através de concurso público, no início dos anos 80, portando diplomas universitários:

(...) Uns estavam lá com a experiência de anos e outros chegaram mais fortes academicamente, com mais estudo e com outras experiências de escola regular. (...) Então esse embate foi muito forte com as novas professoras que chegaram, pois a maior parte era jovem: entusiasmo, experiências em educação infantil, e em outros lugares, leitura e festas. E as pessoas ali (...) eram senhoras acomodadas... Seguiam como bíblia o livro: *Manual da Criança Surda*, de Ana Rímoli, a única referência delas.

Podemos compreender esses embates a partir da perspectiva de Bourdieu (1997), que faz alusão aos conflitos no campo social quando existe uma discrepância de volume de capital cultural entre os agentes. Para o autor, este capital pode existir na forma de disposições duráveis no organismo, de bens culturais e no estado institucionalizado.

Desta forma, os professores que portavam uma certidão de competência cultural, o diploma universitário, alcançavam um “reconhecimento institucional” que se traduzia no campo social. Foi o acúmulo do capital acadêmico por esse grupo de professores que favoreceu, em 1989, o início de questionamentos sobre a eficácia dos métodos orais.

Além disso, o corpo discente, organizado em grêmio, vislumbrou o momento político para reivindicar a entrada oficial da língua de sinais no cenário escolar com o

³ A entrevista foi concedida em 24/05/ 2011.

apoio da diretora do Departamento Pedagógico, Marilene Nogueira (1990-1993)⁴, que passou, por sua vez, a sofrer pressão dos professores mais conservadores, conforme consta de seu relato:

Os alunos estavam lutando pela língua de sinais (...) é a reação do pêndulo... Como eles ficaram anos e anos se sentindo massacrados por aquele poder da oralidade, o pêndulo passou para o outro lado... Houve excessos nessa época (...) alunos exageravam e queriam tomar o poder mesmo (...). E uma boa parte dos professores não suportou isso, ficaram enlouquecidos porque achavam que eu estava dando um poder muito grande para os surdos.

Para Bourdieu & Wacquant, citados por Bonnewitz (2003, p. 60), o campo social pode ser definido “como uma rede ou uma configuração de relações objetivas entre posições” e, nesse sentido, a estrutura do campo, articulada ao momento histórico vivenciado, dá visibilidade às relações de forças antagônicas que entram em choque no espaço social.

Esses embates, em certa medida, resultaram na saída da diretora do Departamento Técnico-Pedagógico (DETEP), Marilene Nogueira, tendo assumido o departamento, de 1995 a 1998, Silvia Pedreira. Wilma Favorito, em 1996, assumiu o Departamento de Desenvolvimento Humano, Científico e Tecnológico (DDHC).

Essas professoras eram declaradamente militantes do projeto bilíngue e, ao assumirem cargos estratégicos no INES, tinham a intenção de construir as bases institucionais para uma política linguística que garantisse a língua de sinais como língua instrucional de ensino. Assim, implementaram uma série de ações que visaram redefinir as concepções dos surdos/surdez.

Isso só foi possível porque essas professoras, agora gestoras, investiram no capital informacional que, para Brandão (2010 b) representa um tipo específico de capital que se constitui como um grande trunfo nas lutas concorrenciais travadas no campo social, já que o conhecimento atualizado, que articula as condições institucionais aos cenários mundiais, permite antecipar cenários futuros. No caso do INES, esse futuro viria na forma do projeto bilíngue.

No entanto, segundo a professora B⁵, um dos desafios para a construção do projeto bilíngue seria a formação dos professores do INES, atrelada a uma visão de educação tradicional:

(...) Elas [as diretoras do DETEP e DDHCT] queriam uma mudança na estrutura institucional e na estrutura da educação de surdos. E muitas coisas elas conseguiram (...) Elas queriam um caminho para a educação de surdos pautada na língua de sinais,

⁴ A entrevista foi concedida em 24/05/ 2011

⁵ Entrevista concedida em 10 de maio de 2011.

no bilinguismo. A nossa formação é a cartesiana e você não rompe *de uma hora para outra* com essa formação.

Nesse contexto de disputas, as estratégias dos agentes que estão no comando tendem a exibir comportamentos mais intensos, sendo estes vislumbrados como “excessos” próprios de quem ocupa uma posição dominante nas relações de poder. A professora C⁶ também evidenciou esta questão quando apontou que “(...) todos que eram oralistas e fonoaudiólogos viraram os ‘bandidos’ da história”, em uma clara alusão ao comportamento radical que percebia por parte das gestoras.

Para Bourdieu (1997), a disputa no campo social, que poderia ser comparada a um jogo em que os competidores lançam mão de trunfos, de “cartas-mestra” para vencer as partidas, é vivida com intensidade e põe em xeque os diferentes tipos de capitais (social, acadêmico, cultural, informacional e simbólico) de que dispõem os sujeitos.

Mais ainda que as gestoras em questão colocassem habilmente em jogo os capitais que possuíam, os documentos institucionais (mimeo, 1997 e 1997 a) analisados apontam que as mesmas promoveram inúmeros debates com os agentes escolares a fim de subsidiar a elaboração dos currículos da escola. Assim, foi por meio de votação que foi contratado o pesquisador Carlos Skliar (UFRGS), principal referência na área da surdez à época, para ajudar o corpo docente a repensar suas concepções de ensino e rever seu currículo, assim como a prof.^a Regina de Souza⁷ (UNICAMP).

Porém, pensar a proposta bilíngue em termos de filosofia de ensino se constituiu em uma difícil tarefa para Skliar, visto que a orientação dada, depreendida das transcrições de suas consultorias (mimeo, 1998 a), a de que o corpo docente deveria aprender a língua de sinais, condição primeira para se constituir o novo currículo para o INES, gerou muita polêmica.

Skliar⁸ explicitou seu ponto de vista a respeito da questão:

(...) foi muito discutido sobre as crianças especiais terem outros problemas e com isso não dava para fazer nada e eram tantos discursos, tantos “não posso, não posso, não posso!” Então eu falava: “Vai aprender língua de sinais e depois a gente fala!”

⁶ Entrevista concedida em 10 de maio de 2011.

⁷ A professora Regina Maria de Souza prestou assessoria ao INES durante o ano de 1997, focalizando mais detidamente o processo de alfabetização de surdos. Concedeu entrevista em 30/08/2011.

⁸ O pesquisador Carlos Skliar concedeu entrevista à autora em 11 de julho de 2011. Prestou consultoria no INES, na área de currículo, nos anos de 1997 e 1998.

Para um grupo de agentes, o fato de Skliar não ser professor de surdos alimentava certa “desconfiança” em relação às suas orientações. Nesse caso, o capital acadêmico não suplantava o conhecimento experiencial.

Também, para esses professores, Skliar estaria defendendo um monolinguismo de sinais na medida em que outorgava à língua de sinais uma relevância nunca antes vivenciada no cenário escolar. A professora C⁹ sintetizou essa preocupação desta forma: “Nunca entrou numa sala de aula, nunca deu aula para surdos, então as pessoas reagem mesmo, a massa crítica reagiu (...)”.

Essa mesma professora também alertava que uma opção política e curricular pela valorização da língua de sinais, sem ser acompanhada por igual valorização da língua portuguesa, poderia comprometer o futuro profissional dos alunos:

Os monolíngues estão limpando o chão... Eles são líderes aqui, excelentes meninos, inteligentes, capazes, com acesso ao currículo via língua de sinais, mas na hora da empregabilidade eles falam assim “mas não lê nem um pouquinho? Nem os lábios? Não escreve alguma coisa? Então não serve, volta”.

Em contrapartida, Skliar afirmou em entrevista que nunca pregou o monolinguismo, só alertou que sem essa base linguística conceitual, a aprendizagem de uma segunda língua, a língua portuguesa, não lograria êxito.

Mas, ainda que parte dos professores fosse ideologicamente contra o projeto bilíngue, não se organizaram em um movimento que fizesse uma oposição explícita aos encaminhamentos que as gestoras estavam fazendo na intenção de implantá-lo.

Para Bourdieu (1990), faz parte do sentido do jogo os grupos dominados darem a impressão de que apóiam os projetos e crenças dos grupos dominantes por não serem favoráveis ao embate mais intenso ou por acharem que não possuem capital cultural suficiente que faça frente às lutas concorrenciais, pois tal qual o jogo de xadrez os agentes jogam conforme sua posição social no espaço delimitado.

Paralelamente aos debates teóricos sobre as concepções acerca dos surdos e surdez estarem se aproximando do modelo sócio-antropológico, suscitados pelas consultorias, outro projeto igualmente importante vinha se desenvolvendo por iniciativa de um grupo de professores de língua portuguesa do INES. E com a intenção de aprofundar esses conhecimentos, a direção indicou a consultoria da professora Alice Freire (UFRJ)¹⁰ para dar subsídios teóricos ao ensino do português como segunda língua, ainda que a experiência desta professora fosse com ouvintes.

Freire via no nivelamento, ideia preconizada pela equipe de língua portuguesa do INES, uma excelente estratégia metodológica para se investir na melhoria do

⁹ A entrevista foi concedida em 10/05/2011.

¹⁰ A Prof.^a Alice Freire (UFRJ) prestou consultoria do INES, com foco no ensino de uma segunda língua, de 1997 a 2000.

ensino de português e que escolas como o CAP/UFRJ e Colégio Militar também adotavam o nivelamento das turmas para o ensino de uma segunda língua.

Mais uma vez os conflitos se deram, já que um grupo de professores da própria equipe de língua portuguesa não concordou com os novos postulados. No entanto, Freire¹¹ percebeu nessa oposição muito menos uma divergência em nível ideológico do que desavenças de ordem pessoal.

E não obstante o avanço que a consultora e parte dos professores observavam na aprendizagem do português pelos alunos, o projeto foi ficando comprometido pelos conflitos que se intensificavam e se espalhavam por toda a instituição, colocando em risco o projeto bilíngue anunciado em 1996.

Em busca do lugar de poder e da sua conservação: táticas que se transformam em estratégias no campo social

Os agentes que defenderam o projeto bilíngue no INES, na década de 1990, utilizaram diversos tipos de táticas e estratégias, conforme o lugar de poder que ocuparam.

Para Certeau (2009), as estratégias utilizam-se da imposição do poder para a produção de uma massa homogeneizadora que, no entanto, as práticas cotidianas do tipo táticas se esforçam para combater, utilizando as oportunidades que aparecem no campo social assim como o elemento “surpresa”.

Um comportamento recorrente dos professores do INES que lutavam pela renovação conceptual e curricular do ensino foi o de envolver os alunos nessa luta política para que “tomassem a frente do movimento”, conforme o depoimento da professora Q¹².

Ainda que a professora não assuma claramente a manobra política, podemos vislumbrar típicos comportamentos táticos, nos termos de Certeau, visto que estes operam sorrateiramente a fim de intervir favoravelmente numa relação de forças. E nesse caso específico, cujo objetivo era pressionar a direção pelas mudanças de ensino, a tomada da dianteira do movimento pelos alunos legitimaria a luta reivindicatória, ao passo que afastaria esses docentes de possíveis sanções por parte dos gestores.

Por sua vez, a diretora pedagógica, Marilene Nogueira, em 1992, na gestão de Leni de Sá Barbosa (1992-1999), também ansiava por mudanças no cenário escolar. Mas, ainda que o lugar de poder da gestora possibilitasse a manipulação de forças,

¹¹ A professora Alice Freire (UFRJ) concedeu entrevista à autora em 21 de setembro de 2011.

¹² A entrevista foi concedida em 21/06/2011.

era preciso calcular as estratégias que utilizaria sob pena de contar com a oposição de grande parte dos professores e fonoaudiólogos da instituição, o que colocaria a sua posição em risco. Assim, envolveu estrategicamente toda a instituição em discussões pedagógicas que visaram refletir as concepções de ensino-aprendizagem do colégio, plantando, assim, o germe da mudança no cenário escolar.

Em seu turno, os alunos também se aproveitaram das condições institucionais para reivindicar a entrada da língua de sinais no ensino. Faziam apresentações de peças teatrais ridicularizando os professores oralistas, demonstrando, através de caricaturas, a sua incomunicabilidade.

Para Certeau (2009), esses discentes estavam se valendo de táticas maliciosas, criativas e inteligentes a fim de constranger seus professores, fazendo-os refletir sobre o fracasso escolar a que estavam submetendo seus alunos. O uso da arte, percorrendo o terreno do simbólico, possibilitava que os alunos calculassem suas ações de modo que, dentro do campo “inimigo”, não sofressem sanções mais intensas.

Os alunos do INES também souberam utilizar como táticas as condições institucionais, o capital cultural e social dos professores e pesquisadores da área da surdez para terem suas reivindicações atendidas. Assim, no ano de 1993, elaboraram com a ajuda destes profissionais, um projeto de lei que visava regulamentar a língua de sinais, contando com o apoio político da então senadora Benedita da Silva, que se mostrou sensível às causas dos surdos.

Por sua vez, os professores do INES também se valeram do capital social como tática para compartilhar esquemas de percepção, um habitus em comum, com agentes que estavam em posição privilegiada no campo social. Foi com essa compreensão que a professora Q¹³ atribuiu à professora Rosita Edler, ex secretária de educação especial do MEC e assessora da direção geral do INES, um papel “fundamental para algumas renovações” no Instituto, na década de 1990.

Nesse sentido, o *sensu do jogo* conseguiu camuflar as estratégias de apoio em favor das táticas dos professores. Para Certeau (2009), a tática faz parte desse trabalho “sorratoiro”, atento a todas as brechas que o poder oficial deixa transparecer, fazendo com que o grupo dominado tente neutralizar as estratégias desse poder.

Portanto, foi aplicando “golpe por golpe” que as lideranças docentes conseguiram ocupar um lugar de poder na hierarquia institucional como diretoras de departamentos do INES.

¹³ Idem.

Ao nos apropriarmos da teoria de Certeau para a análise do campo empírico, podemos entender que, uma vez no poder, essas lideranças precisariam se utilizar de dispositivos para conservarem sua posição no espaço social. Daí concluímos que as táticas se transformam em estratégias quando está em jogo a manutenção do poder.

Assim, essas lideranças docentes se valeram de comportamentos estratégicos a fim de envolver os agentes escolares nas mesmas matrizes de percepção e apreciação, escamoteando o viés impositivo de suas ações. Para isso a contratação de consultores que desconstruíssem a visão oralista de ensino poderia ser, na perspectiva de Bourdieu, uma demonstração de que esses gestores aprenderam a “jogar”, estando dispostos a usar todo o seu volume de capital para se conservarem no poder.

E para que todas essas ações fossem de fato institucionalizadas, era premente que a proposta de educação bilíngue assumisse a centralidade do Plano Político Pedagógico (P.P.P.) do INES. Essa oportunidade foi vislumbrada estrategicamente pelas gestoras com a transformação do INES em um centro de referência nacional na área da surdez no ano de 1997.

A título de considerações provisórias

Ainda que o projeto bilíngue tenha sido incorporado ao P.P.P. da instituição (mimeo, 1998), finalidade maior das gestoras referenciadas, dos alunos e de parte dos professores, a sua implantação foi obstaculizada pela inabilidade das gestoras para gerenciar conflitos inter ou intrapessoais, como apontaram vários professores entrevistados, ou mesmo por “desavenças pessoais” que comprometeram a concretização da proposta inédita, no Brasil, de ensino do português como segunda língua para surdos, segundo a consultora Alice Freire (UFRJ).

Por outro lado, a pesquisa também apontou para outra direção: a de que a cultura escolar, impregnada pelo modelo oralista de ensino, poderia ser a chave de leitura para compreendermos a lacuna existente, no tempo presente, entre o currículo prescrito, o bilíngue, e as práticas cotidianas no cenário escolar.

Referências Bibliográficas

BONNEWITZ, Patrice. *Primeiras Lições sobre a Sociologia de Pierre Bourdieu*. Tradução de Lucy Magalhães. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

BOURDIEU, Pierre. Compreender In: BOURDIEU, P. et al. *A miséria do mundo*, 2. ed., Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

_____. *Coisa Ditas*. Tradução Cássia Silveira e Denise Pegorin. São Paulo: Brasiliense, 1990.

BRANDÃO, Zaia. *Pesquisa em Educação: conversas com pós-graduandos*. 2.ed., Rio de Janeiro: Forma & Ação, 2010 b.

BRASIL, Lei n. 10.436 de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Tradução de Ephraim Ferreira Alves, 16. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

DÓRIA, Ana Rímoli de Faria. *Compêndio de Educação da Criança Surda-Muda*. 1. ed. S/ Ed., 1954.

FAVORITO, Wilma. *O difícil são as palavras: representações sobre estabelecidos e outsiders na escolarização de jovens e adultos*. Tese de Doutorado, Departamento de Letras, Unicamp, 2006.

SKLIAR, Carlos Bernardo. Os Estudos Surdos em Educação: problematizando a normalidade. In: SKLIAR, C. B. *A surdez: um olhar sobre as diferenças*. 3. ed. Porto Alegre: Mediação, 2005.

SOUZA, Regina Maria de. *Que palavra que te falta? Linguagem, educação e surdez*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

REFERÊNCIAS DOCUMENTAIS

INES. Construindo o projeto político Pedagógico no CAP/INES, 1998 [mimeo].

INES. Transcrições das Consultorias do Dr. Prof. Carlos Skliar, 1998a [mimeo].

INES. Se no princípio era o verbo, onde estamos? DOAPP/SEJAD/DIESP, 1997 [mimeo]

INES. Relatório de Pesquisa “Surdez e Bilinguismo: leitura de mundo e mundo da leitura”, 1997 a [mimeo].

